

*O Partido Comunista do
Brasil nos anos sessenta:
estruturação orgânica e
atuação política*



O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL NOS ANOS SESSENTA: ESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA E ATUAÇÃO POLÍTICA

RESUMO

Este artigo pretende discutir alguns elementos da trajetória histórica do Partido Comunista do Brasil (PC do B) entre 1962 e 1972. A análise está voltada para o entendimento de duas questões principais: as suas propostas teóricas e a sua prática política. Essa história partidária é entendida através de sua inserção na conjuntura mais ampla da década de sessenta e, do mesmo modo, de seu relacionamento com os outros grupos da esquerda brasileira. Destacamos as relações do partido com a ditadura militar através de sua reação ao golpe militar e ao Ato Institucional n. 5.

PALAVRAS-CHAVE

Partido Comunista do Brasil (PC do B); Década de 60; Revolução brasileira; Ditadura Militar

Jean Rodrigues Sales¹

O PARTIDO COMUNISTA DO
BRASIL NOS ANOS SEXTENTA:
ESTRUTURAÇÃO ORGÂNICA E
ATUAÇÃO POLÍTICA²

ORIGENS DO PC DO B

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) surgiu em fevereiro de 1962 a partir de uma cisão no interior do velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Essa cisão está ligada à tensa conjuntura político-social da segunda metade da década de cinquenta e início da década de sessenta no Brasil e a uma aguda crise política que se abateu sobre o PCB. Nesse momento, o partido estava passando por uma fase de modificações de suas formulações teóricas. Aos poucos, e não sem muita dificuldade, abandona a política que havia marcado sua atuação na primeira metade da década cinquenta – uma política de enfrentamento, representada no Manifesto de Agosto de 1950 e nas resoluções do seu IV Congresso, realizado em 1954 – e caminha em direção a uma ampla Frente política, para realização de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, que deveria ser feita, preferencialmente, através do caminho pacífico. Essa nova política seria coroada com a Declaração de Março de 1958 e referendada nas resoluções do V Congresso do partido, realizado em 1960.

Além da conjuntura nacional, um evento internacional viria a servir como catalisador da crise política latente no interior do PCB nos anos 50: o XX Congresso do Partido Comunista da União

¹ Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas. Bolsista da Fapesp. <jeanrodrigues@bol.com.br>

² Este artigo é uma versão modificada de dois capítulos de minha dissertação de mestrado intitulada *Partido Comunista do Brasil: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Campinas: Unicamp, 2000, orientada pelo Prof. Cláudio Henrique de Moraes Batalha, co-orientação do Prof. Marco Aurélio Garcia e financiada pela Fapesp.

Soviética (PCUS), realizado em 1956. Com efeito, é a partir das repercussões desse Congresso no PCB que veio a se formar em seu interior o grupo que seria responsável pela cisão que daria origem ao PC do B. Como se sabe, o Congresso do partido soviético denunciou os crimes que Josef Stalin cometera durante os anos que estivera no poder, o que causou um grande choque em todo o mundo comunista. O novo secretário geral do PCUS, Nikita Khrushchev, além de criticar os crimes cometidos pelo antigo ditador, propôs mudanças profundas nos rumos da política internacional soviética, o que afetaria as formulações políticas dos partidos comunistas (PCs) por todo o mundo. Basta lembrar aqui a polêmica aproximação dos EUA, através da política de coexistência pacífica, que causaria embaraço em muitos comunistas.

No PCB, as discussões sobre o peso a ser dado tanto às críticas aos crimes praticados por Stalin, quanto às mudanças nas formulações e práticas políticas, cindiram o partido em vários grupos com posições diferenciadas. Dentre tais grupos, destaca-se a atuação dos militantes que viriam a fazer parte da primeira Comissão Executiva do PC do B: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade. Esse grupo, junto com a maior parte do núcleo dirigente, desempenhou um papel importante na defesa da ortodoxia partidária contra os que defendiam um aprofundamento tanto nas críticas a Stalin, quanto nas mudanças que o partido deveria sofrer para resolver seus problemas políticos e organizacionais. Apesar da importância que desempenhou no início dos debates, seus membros acabaram perdendo espaço político na estrutura partidária e, com isso, os cargos mais importantes que ocupavam. A partir desse momento, agosto de 1957, até a cisão propriamente dita, é possível perceber uma grande coesão desse grupo em suas intervenções no interior do PCB.³

³ Estamos sintetizando e reduzindo, pela dimensão e propósito deste artigo, essa tortuosa discussão que aconteceu no interior do PCB na segunda metade da década de cinquenta. Para um maior aprofundamento sobre a questão, ver, entre outros: CHILCOTE, R. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; SEGATTO, J. A. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 e SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

Como grupo coeso, esses dirigentes fariam duras críticas aos rumos que a política do PCB estava tomando, a começar pelo símbolo dessas mudanças, a *Declaração de março de 1958*, contra a qual fariam uma crítica tenaz. Em seguida, participariam dos debates preparatórios para o V Congresso do PCB, durante os quais se esforçariam ao máximo na tentativa de ganhar espaço político dentro do partido e, é claro, retomar o poder perdido em 1957. Mas o fato é que a maioria partidária seguiu ao lado da direção e o Congresso referendou os principais pontos da *Declaração de março*.

Em agosto de 1961, o Comitê Central eleito durante o V Congresso modifica os estatutos partidários para facilitar o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o nome do partido passa a ser Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB); também são retiradas do programa as referências ao marxismo-leninismo. O motivo para tais modificações seria, segundo o grupo dirigente, responder às acusações de que o partido seria um agente externo, subordinado às ordens de Moscou. Nesse momento, o grupo oposicionista organiza um protesto escrito que ficaria conhecido como a *Carta dos cem*, na qual declara que o documento publicado na revista *Novos Rumos* era a negação do partido revolucionário.⁴ Os dirigentes do PCB acusaram os principais responsáveis pela carta de estarem fazendo fracionismo e os expulsaram do partido.

Em fevereiro de 1962, o grupo que fora expulso convoca uma Conferência Nacional Extraordinária, elege um novo Comitê Central, aprova novos estatutos e declara a reorganização do partido que, segundo seus membros, o grupo de Prestes tentara liquidar. A partir desse momento, o Brasil passou a conviver com dois partidos comunistas, o PCB e o PC do B.

AS DEFINIÇÕES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS

Foi durante o governo parlamentarista de Goulart que o PC do B tornou público o seu programa que, pelo menos teoricamente, lhe daria feição ideológica e pautaria a sua atuação

⁴PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Carta dos cem. In: CARVALHO, F. de. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. v. 3, p. 414-415. (Coleção General Benício, n. 52). Inquérito Policial Militar n. 709.

política em seus primeiros anos de vida. Para efeito de análise, discutiremos três questões que podem nos ajudar no entendimento das definições ideológicas e das práticas políticas do partido. Questões que, aliás, estiveram em pauta no debate de grande parte das esquerdas brasileiras no decorrer da década de sessenta, e que seriam responsáveis por muitas cisões no interior da esquerda revolucionária. As questões são as seguintes: a caracterização da revolução; o tipo de regime a ser implantado no país; e os meios que deveriam ser utilizados para sua efetivação.

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO

A problemática da caracterização do tipo de revolução idealizada pelo PC do B está fortemente marcada, entre outras coisas, por uma tradição que remonta às formulações teóricas da III Internacional Comunista (III IC) sobre a Revolução Democrático-burguesa.⁵ Isso não deve, porém, levar-nos a ver a caracterização que o partido faz da revolução no Brasil como um simples reflexo de tais formulações. Essas idéias faziam parte do arsenal teórico dos comunistas, utilizadas na análise da estrutura sócio-política e econômica do país, para, a partir daí, caracterizar-se o estágio da revolução brasileira. Em suma, a análise da conjuntura nacional não deve ser desprezada no estudo das formulações teóricas dos comunistas sobre o Brasil.

Nesse caminho, o *Manifesto Programa* é iniciado com a descrição catastrófica da realidade nacional. A causa dos problemas da economia e da sociedade brasileira estava ligada à *exploração do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria.*⁶

⁵ A questão da caracterização da revolução como democrático-burguesa pode ser vista em ZAIDAN, M. O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, D. A. et al. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v. 1, p. 89-104; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992 e DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Manifesto Programa*. In: _____.

O partido via, desse modo, no imperialismo norte-americano, no latifúndio e em parte da burguesia os responsáveis pelo entrave em que se encontrava o desenvolvimento do país e, por conseguinte, pela situação de penúria dos trabalhadores brasileiros. Mesmo o desenvolvimento econômico experimentado durante o governo de Juscelino Kubitschek não fora suficiente para qualquer otimismo por parte do PC do B em relação às possibilidades de melhoria na vida do país. Isso porque, segundo o partido,

...este desenvolvimento econômico, feito através de uma inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da estrutura agrária, acentuou as desigualdades entre as diferentes regiões e agravou ainda mais a situação econômica, política e social do país.⁷

Essa situação de domínio do imperialismo e do latifúndio, gerando um desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e mantendo uma estrutura agrária perversa, daria origem a um regime reacionário e antinacional, o que poderia ser medido pela própria Constituição de 1945, que serviria unicamente aos interesses das classes dominantes.

O regime não poderia ser modificado a partir das teses que então estavam em voga, como, por exemplo, a da troca dos governantes, ministros ou gabinetes, pois estes deveriam executar a política das classes dominantes e a não execução acarretaria a deposição dos cargos. Não seria também através da implantação de ditaduras que se resolveriam os problemas do Brasil. A única forma de solução encontrava-se na implantação de um *governo popular revolucionário* e de um *regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista*. Essa formulação define o caráter de sua revolução dentro dos marcos democrático-burgueses, tributária das análises da III IC.

A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil. Lisboa: Maria da Fonte, 1974. p. 13.

⁷ *Ibid.*, p. 15

O NOVO REGIME

De acordo com a definição do caráter democrático-burguês da primeira fase da revolução, o novo regime, através do governo popular revolucionário, deveria criar condições para que todos os requisitos dessa etapa revolucionária fossem cumpridos, para depois se passar para a segunda etapa – socialista – da revolução.

As primeiras tarefas deveriam, dentro dessa lógica, propiciar o pleno desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, era necessário, antes de tudo, libertar o Brasil da espoliação que sofria do capital norte-americano e, ao mesmo tempo, libertar o campo dos entraves feudais e do latifúndio, através de uma reforma agrária radical.

Para a efetivação desta proposta de governo, o partido teria que esclarecer quais vias deveriam ser percorridas para se chegar até ele, já que os caminhos traçados por outros grupos estariam equivocados. Nesse ponto, como poderemos perceber, o PC do B teria dificuldade em apresentar uma estratégia que se diferenciasse, em sua essência, da estratégia do PCB. Em sua tentativa de aparecer à esquerda de sua matriz no espectro das esquerdas, o partido acabaria trilhando o perigoso caminho do radicalismo retórico.

O CAMINHO DA REVOLUÇÃO

O caminho apontado pelo partido é o da violência revolucionária, ainda que (diferente do que correntemente é salientado), no *Manifesto Programa*, ela não apareça nem como o único caminho a ser seguido, nem com toda a clareza que se costuma apontar. O que transparece nesse documento é uma certa hesitação em optar, com todas as palavras, pelo uso das armas. Essa hesitação aparece, por exemplo, no fato de o partido não dizer claramente que assume o emprego da violência e sim que as classes dominantes tornavam *inviável* o caminho pacífico.

Outro elemento importante na problemática da caracterização da revolução brasileira é o instrumento político que deveria ser utilizado para sua efetivação. A proposta do partido é de uma Frente Única sob a direção da classe operária. Aqui, mais uma vez, devemos fazer menção à influência

internacional na adoção dessa tática. Ela é tributária de pelo menos dois eventos. Primeiro, da política de Frente Popular adotada a partir do VII Congresso da IC. Segundo, da influência da tese propagandeada pela China da estratégia do bloco de quatro classes. Quanto a esta influência, não importa se a revolução chinesa correspondeu, na prática, a seu discurso oficial. O fato é que sua teoria surge de uma revolução vitoriosa, em um país periférico, numa realidade próxima dos países latino-americanos. Além disso, a estratégia revolucionária chinesa, para além de sua especificidade, não feria a ortodoxia stalinista a respeito da revolução por etapas, podendo assim ser utilizada no continente americano.⁸

Finalmente, mais um elemento importante nas definições teóricas do partido foi o seu alinhamento político e ideológico ao Partido Comunista Chinês (PCC) e ao maoísmo. Essa adesão às idéias chinesas, entre outras coisas, ajudaria o PC do B na defesa da ortodoxia stalinista, já que o PCC passou a criticar duramente os rumos tomados pela Rússia após o XX Congresso do PCUS, e também na adoção de uma estratégia de luta armada — a guerra popular prolongada — que, diferentemente do foquismo, não abria mão da estrutura partidária ancorada no centralismo democrático.

Aqui, assim como no que diz respeito à opção pela luta armada, vale fazer uma ressalva. Opostamente ao que costuma ser ressaltado em trabalhos sobre o PC do B, não foi no imediato momento de seu nascimento que o partido optou por um alinhamento incondicional ao PCC. Ao contrário, em seu primeiro ano de existência, o PC do B tentou se aproximar de países como URSS e Cuba, sendo que a opção pelo relacionamento preferencial com os chineses não se deu antes de 1963.⁹

A defesa da revolução democrático-burguesa, feita com a união de amplos setores da sociedade, formando uma frente política sob a direção da classe operária e com a utilização, caso fosse necessário, da violência revolucionária, no plano político; e

⁸ Ver: GARCIA, M. A. Le parti communiste chilien et les alliances de classes. *Critiques de l'Economie Politique*, Paris, n. 27, p. 41-61, avr./juin, 1977. Ver também DASSÚ, M. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBBSAWM, E. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6, p. 293-336.

⁹ Sobre o relacionamento do PC do B com o comunismo internacional, ver SALES, *Partido Comunista do Brasil: propostas...*, passim

a defesa da ortodoxia stalinista e adesão ao maoísmo, no plano ideológico, dariam os contornos à imagem do PC do B em seus primeiros anos de vida. Tentaria com esse programa diferenciar-se de sua matriz e atrair militantes. Mas para isso teria, antes, que enfrentar os problemas de uma organização que nasce com poucos militantes e sem base social significativa, e que tinha como adversários, no campo das esquerdas, forças importantes como o próprio PCB e os nacionalistas, além de outros grupos que surgiram no período, como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop) e as Ligas Camponesas.

A ESTRUTURAÇÃO ORGANICA

O partido enfrentava uma série de dificuldades ligadas tanto a problemas orgânicos quanto políticos. Uma primeira dificuldade era o pequeno número de militantes que o PC do B possuía, já que a maioria dos membros, no momento da cisão, permaneceu no PCB, o que tornava a base partidária muito estreita, dificultando uma maior inserção nos movimentos sociais. As principais bases do partido surgiram onde os seus dirigentes se encontravam antes da cisão. As mais significativas estavam no Rio Grande do Sul, onde se encontrava João Amazonas; no Rio de Janeiro, através de Maurício Grabois, Lincoln Oeste e Carlos Danielli; e, em menor medida, em São Paulo, a partir da presença de Pedro Pomar.

Em outros Estados, o novo partido demorou a se organizar. Um exemplo das dificuldades encontradas pelo novo grupo em se enraizar pelo país é o do Ceará, onde o partido viria a ter um núcleo importante de militantes, com nomes como Ozeas Duarte, Sérgio Miranda, José Genoíno, etc. Mesmo aí a cisão só se consumaria em 1965, quando os militantes, acusando o PCB pela responsabilidade da derrota de abril, passam a procurar novos caminhos e alguns acabam indo para o PC do B. Antes do golpe militar, porém, o PC do B não tivera qualquer influência no Estado cearense.¹⁰ Do mesmo modo, na Bahia, sobretudo em

¹⁰ A respeito da organização do PC do B no Ceará, ver Entrevistas com Sérgio Miranda e Ozeas Duarte concedidas ao autor, disponíveis para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

Salvador, onde o PC do B também viria a ter um núcleo importante, ele não consegue se organizar efetivamente antes do final de 1964, conseguindo montar a sua primeira base estudantil apenas em 1965.¹¹

A essa situação de restrição do número de militantes somavam-se problemas políticos que levavam o PC do B a certo isolamento social. Um deles, segundo Garcia, seria o fato de o partido não conseguir estabelecer uma tática que parecesse viável para o campo das esquerdas, uma vez que as teses do PCB pareciam concretizar-se nas reformas de base propostas por Goulart. O que o PC do B fazia, bem como outros grupos que queriam aparecer à esquerda do PCB, eram formulações extremamente genéricas, nas quais a luta armada aparecia, enquanto aspecto de diferenciação, apenas no plano de princípios, tendo assim pouca eficácia política. Mais um elemento que ajudaria a levar o partido a uma situação de isolamento político, era o fato de ele reivindicar oficialmente o legado político e teórico de Stalin, em um momento em que se avolumavam as críticas à herança do ditador, especialmente entre os militantes mais jovens.¹²

Essas condições de isolamento parecem ter contribuído para um certo sectarismo na atuação do partido.¹³ O próprio PC do B reconheceu, em documento de agosto de 1964, os problemas que enfrentara no período que antecedeu o golpe, entre os quais estavam o reduzido número de militantes e certo sectarismo em sua atuação política. Quanto às suas bases partidárias, apontaria que:

Infelizmente, o PC do Brasil não dispunha de suficiente influência entre as massas para levá-las a interferir de maneira adequada nos acontecimentos. Ainda que tenha

¹¹ A respeito dos primeiros anos de atuação do PC do B em Salvador, ver SANTOS, A. C. *Memória e resistência: perfil biográfico dos desaparecidos políticos baianos na guerrilha do Araguaia*. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

¹² GARCIA, M. A. PC do B: do golpe de 64 ao início da guerrilha do Araguaia. *Em Tempo*, Rio de Janeiro, 25 a 31 out. 1979.

¹³ Para GARCIA, este sectarismo do PC do B é explicável em pequenas organizações que têm necessidade de afirmar-se frente a um partido mais poderoso do qual se desprenderam.

*conseguido notável crescimento, tanto numérico como na ligação com as massas, o partido era uma organização pequena para a envergadura das tarefas que tinha a realizar. Isto resultou de uma série de dificuldades inerentes ao próprio processo de sua reorganização...*¹⁴

Quanto ao sectarismo na aplicação de sua política, continuava:

*...nele também se manifestaram tendências sectárias. Estas consistiram em certa fuga ao trabalho nas organizações de massas, particularmente no movimento sindical, em não dar a atenção necessária ao contato mais estreito com as correntes políticas democráticas e em alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart...*¹⁵

Em relação ao resultado, concluía:

*...estas tendências, sem dúvida, obstaculizaram a maior participação do partido no movimento democrático e antiimperialista e não permitiram que exercesse uma influência mais positiva nesse movimento.*¹⁶

Tentamos mostrar os problemas políticos e orgânicos que o PC do B enfrentou nessa conjuntura. Isso não significa, entretanto, que o partido tenha ficado completamente paralisado naquele momento, e é possível mesmo que tenha tido algum êxito pelas bandeiras radicais que agitava. Exemplo disso é que, embora não tenha sido numericamente importante, a sua plataforma política conseguiu agregar alguns militantes. Em uma entrevista, o ex-militante Vicente Roig¹⁷ lembrou que o elemento que o levou a se decidir pela entrada no partido foi a bandeira da luta armada

¹⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O golpe de 64 e seus ensinamentos. In: _____. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974. p. 75.

¹⁵ Ibid., p. 76

¹⁶ Id.

¹⁷ Vicente Roig ingressou no PC do B em 1963 e saiu em 1966, na cisão que deu origem à Ala Vermelha, na qual passou a militar.

que este empunhava.¹⁸ No mesmo caminho, o ex-militante Joaquim Celso de Lima, que atuava em Porto Alegre, afirma em suas memórias, que se aproximou do partido quando, em uma greve de que participara, no Moinho Riograndense, recebera apoio somente do PC do B, enquanto o partido ao qual então pertencia, o PCB, não lhe dera a ajuda e o apoio que esperava.¹⁹

Do mesmo modo, mesmo no que diz respeito à luta armada, o partido parece ter feito algumas discussões na tentativa de se preparar efetivamente nesse campo, ainda que de forma bastante embrionária e política e militarmente impotentes para qualquer confronto naquele momento.²⁰ Nas palavras de um ex-militante:

...os membros do PC do B, empenhados com ardor em seus projetos revolucionários, viraram alvo de comentários jocosos feito por ex-companheiros do PCB. Publicamente eram gozados e tachados de sonhadores toda vez que um magote deles era visto de mochilas às costas, rumo à Serra da Mantiqueira ou à Serra do Mar. Não havia segredo do que iam fazer naquelas excursões de fim de semana, aos olhos de conhecidos e amigos. Todavia o cidadão comum, e mesmo a polícia jamais suspeitaram de sua condição de turista em busca de sol e mar. Poucas pessoas imaginariam que nas mochilas fossem levados instrumentos usuais nas guerrilhas, a começar pelas armas de cano longo desmontável.²¹

Apesar dessas tentativas, seja de preparação da luta armada, seja de aumentar o número de militantes, a atuação do partido no pré-64 não parece ter dado muitos frutos. No final das contas, o PC do B não conseguiu agregar em torno de si forças suficientes para uma atuação efetiva no período. Ele não conseguiu aparecer como uma alternativa viável no campo das esquerdas. As suas propostas — retoricamente radicais e

¹⁸ ROIG, V. Vicente Roig: entrevista [30 jul. 1985]. Entrevistador: Marcelo Ridenti. [São Paulo], 1985. (Disponível para consulta no Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.)

¹⁹ LIMA, J. C. de. *Navegar é preciso*: memórias de um operário comunista. São Paulo: Diniz, 1984. p. 169.

²⁰ Sobre estes preparativos ver GARCIA, *PC do B: do golpe...*, passim

²¹ NUNES, A. C. F. *PC linha leste*. São Paulo: Livramento, 1980. p. 100.

politicamente inviáveis — não conseguiam quase nenhuma atração no momento em que boa parte da sociedade estava na cena política reivindicando seus direitos. Mesmo o governo, através das reformas de base, fazia propostas de mudança na estrutura social brasileira que exerciam muito mais influência no período.

A ATUAÇÃO POLÍTICA

A tática adotada pelo PC do B na conjuntura anterior ao golpe, em sua tentativa de afirmação política, foi a de negar ou se opor a todas as propostas de reformas do regime vigente, uma vez que para ele a única possibilidade para resolução dos problemas do país seria, conforme se viu, através da instauração de um *governo popular revolucionário* e de um regime *antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista*. Vale notar que em momento algum o partido discutiu mais profundamente a essência desse *governo popular revolucionário*. Como disse Reis Filho, os documentos partidários *pintavam com cores sombrias o momento que se vivia*. Os problemas tinham todos origem na crise geral do capitalismo. As classes dominantes, de um lado, não tinham capacidade de realizar as reformas necessárias, de outro lado ao partido só restou, em tese, o caminho da violência revolucionária.²²

Um episódio que exemplifica bem a atuação do partido no período, marcado pelo isolamento social diante do grande movimento de massas do pré-64, é o da sua participação nas eleições. Em abril de 1962, saía um artigo no jornal *A Classe Operária* com o seguinte título: *Que pode o povo esperar das eleições?* A resposta era de que se devia esperar fraudes, manipulações do poder econômico, a ausência de voto para analfabetos, militares, etc. Isso não deveria impedir, contudo, a participação comunista nos pleitos eleitorais, uma vez que a luta por um novo poder exigia uma justa combinação da ação de massas fora do parlamento com a ação dentro dele; e, ainda, a existência de uma pequena bancada, mesmo que fosse apenas para a defesa de um programa avançado, ajudaria no processo revolucionário.

²² REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 38.

Essa apreciação, concluía o partido, tornava *indispensável aos comunistas tomar parte na campanha eleitoral*. Nesse sentido, para o pleito de 2 de outubro, o PC do B, em alguns Estados, apoiou candidatos, como a candidatura de Cid Franco em São Paulo; em outros, ao contrário, fez campanha pelo voto em branco, como no Rio Grande do Sul. Com a apuração dos votos, o partido faz a análise dos resultados e conclui:

...comprova-se, assim, que a razão está do lado dos que indicam ser necessário e inadiável mobilizar grandes massas para substituir o atual regime e conquistar um poder efetivamente do povo, que assegure não só o bem-estar da população como também lhe propicie uma autêntica democracia.²³

Esse difícil posicionamento do partido em relação às eleições — ora tomando parte, ora rejeitando e abstendo-se — revela, a nosso ver, a dificuldade que o PC do B enfrentava em sua tentativa de afirmação política e ideológica frente a outros grupos de esquerda, particularmente ao PCB. Nessa tentativa, ao apegar-se a propostas retoricamente radicais, acabava se isolando do movimento da própria sociedade.

Outro episódio que pode exemplificar a atuação do partido é o da campanha frente ao plebiscito, em 1963, sobre o sistema de governo. Para o PC do B, o resultado da consulta popular não mudaria em nada a situação do país. Não importava a forma de governo, estava-se em um beco com uma única saída, que era a proposta do partido de mudança do regime e da instauração de um governo popular e revolucionário. Nesse caminho, dizia com todas as letras: Nem Parlamentarismo, Nem Presidencialismo! Por Um Regime Popular Revolucionário! A justificativa para este posicionamento era a de que:

...o Brasil viveu 71 anos sob o sistema presidencialista e nenhum dos problemas fundamentais do país foi resolvido: o latifúndio permanece incólume, o imperialismo penetrou

²³ Banqueiros, industriais e fazendeiros dominam o parlamento. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 out. 1962.

*fundo e domina a vida econômica da nação. Quanto ao parlamentarismo, um pouco mais que um ano foi o suficiente para comprovar a falência deste sistema para resolver as questões cruciais que afligem os brasileiros. O mal não reside, pois, no sistema de governo. A causa da crise crônica que avassala o país, da fome e da exploração a que estão submetidos extensos setores da população está no regime imperante, que beneficia unicamente os grandes capitalistas, os latifundiários e o imperialismo...*²⁴

Na penúltima edição de seu jornal, antes do plebiscito que se realizou em 6 de janeiro de 1963, o partido conclamava seus leitores: Não Vote.²⁵ Na última edição, exclamava: Presidencialismo? Parlamentarismo? Não!²⁶ Terminada a votação, com vitória ampla do presidencialismo — dos 13 milhões de eleitores que foram às urnas, na proporção de 5 votos para 1, foi rejeitado o parlamentarismo — o partido avaliava o resultado final como prova de descrédito, por parte de amplos setores da população, em relação às instituições vigentes no país:

*...cerca de um terço do eleitorado decidiu abster-se, numa demonstração de quem não quer ser cúmplice da farsa que constituiu o plebiscito. Entre os que se abstiveram, encontram-se milhares de pessoas que não mais acreditam nas instituições vigentes.*²⁷

Essa atitude frente às propostas reformistas não impediu, no entanto, que ele aceitasse e se engajasse na constituição da Frente de Mobilização Popular (FMP), que não tinha propostas que ultrapassassem os limites das reformas dentro do regime, o que sua própria constituição demonstrava. Na verdade, o amplo leque de forças que atuavam no interior da FMP — setores sindicais, estudantis, profissionais liberais, movimentos dos

²⁴ Nem parlamentarismo, nem presidencialismo! Por um regime popular revolucionário. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 30 nov. 1962.

²⁵ Não vote. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 a 15 dez. 1962.

²⁶ Presidencialismo? Parlamentarismo? Não! *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 dez. 1962.

²⁷ Soluções radicais para os problemas do Brasil. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 jan. 1963.

sargentos – dificilmente tornariam possíveis as propostas mais radicais feitas pelo partido. Como exemplo de proposta radical, que certamente não agregaria em torno de si os membros da FMP, podemos apontar a de resolução do problema agrário no país. Para o PC do B, somente uma *reforma agrária radical* resolveria o problema da terra no Brasil e o que se queria dizer com reforma radical remetia ao modelo que fora implantado em Cuba.²⁸ Ora, Cuba estava em processo rápido de socialização – ou estatização – não só da terra, mas também de empresas estrangeiras e de grandes grupos nacionais, isto é, estava em pleno processo revolucionário, o que tornava possível a solução lá adotada. Para o problema da terra no Brasil, poucos se poriam de acordo com uma solução desse tipo.

Fora este engajamento na FMP, as propostas do partido no período, de acordo com a sua leitura da realidade, eram basicamente de radicalização em torno de qualquer situação que se afigurasse como passível de ampliação do embate político, às vezes deixando de lado as reivindicações próprias dos manifestantes. A esse respeito, é interessante ver a idéia que o partido tinha das mobilizações grevistas, as quais deveriam assumir uma amplitude muito maior do que as reivindicações próprias da categoria. Para o PC do B:

As greves, mesmo de caráter econômico, no quadro da situação atual, assumem um sentido político de defesa das liberdades e de luta contra os espoliadores do país. É necessário, portanto, apoiá-las e contribuir para desenvolver a solidariedade aos grevistas, desmascarando os que procuram amainar, sob os mais variados pretextos, a luta de classes.²⁹

Mais um exemplo, representativo da aplicação da linha política do PC do B no período, é a sua relação com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo governo tomou algumas atitudes que beneficiaram os trabalhadores do campo e que

²⁸ Esta definição de reforma agrária está em um artigo publicado no primeiro número do jornal *A Classe Operária* sob a direção do PC do B: O que é reforma agrária radical? *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, mar. 1962.

²⁹ Intensificar a luta pelas reivindicações econômicas. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 a 15 mar. 1964.

gozava de certo prestígio entre os setores progressistas da sociedade. O partido, que havia apoiado a campanha de Arraes, diz que o governo não cumpria as promessas e rompe com o governo pernambucano:

...face ao governo do senhor Miguel Arraes mantemos uma posição de completa independência, de crítica e combate às atitudes que prejudicam o povo ao mesmo tempo que desmascaramos o atual regime e lutamos por um governo popular revolucionário. Assim, mobilizamos os trabalhadores em defesa de suas reivindicações econômicas, políticas e sociais, estando ou não de acordo com elas o governo...³⁰

Enfim, um elemento que marcaria a história do PC do B, particularmente no período anterior ao golpe, seriam as críticas ao PCB. Boa parte das energias do partido eram gastas para se contrapor e criticar a política do grupo de Luís Carlos Prestes. Ao mesmo tempo, tentava aparecer como o verdadeiro partido comunista em atuação no Brasil, uma vez que, segundo seus dirigentes, o Partido de Prestes se afastava cada vez mais do caminho revolucionário, o que estaria demonstrado no apoio e nas ligações do PCB com o governo Goulart.

Para finalizar, vale lembrar que todas as dificuldades enfrentadas – reduzido número de militantes, falta de base social, indefinições políticas, etc. –, fizeram com que a atuação do PC do B no período que antecedeu o golpe militar se restringisse praticamente ao proselitismo de suas propostas através do jornal *A Classe Operária*. Com efeito, pode-se dizer, a presença mais significativa do PC do B no debate político se deu através de seu jornal e não através da inserção nos movimentos sociais da época. A disputa ideológica com o PCB, a crítica ao projeto *nacionalista* e a defesa teórica de um governo popular e revolucionário nas páginas do jornal, parecem ter representado o que houve de mais significativo na atuação do PC do B entre 1962 e 1964.

³⁰ Os comunistas e o governo do sr. Arraes. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 30 nov. 1963.

A CAMINHO DO GOLPE

Se em relação ao governo de Arraes o PC do B adotou uma posição de crítica e de combate, no que diz respeito a João Goulart sua posição era muito mais dura. Na verdade, o partido não tirava qualquer responsabilidade de Goulart sobre a situação do país; ao contrário, imputava-lhe a culpa e pregava a sua destituição para a implantação de um governo popular revolucionário.³¹ A esse respeito, Jacob Gorender comentou com ironia:

...tivesse poderio efetivo naquela fase do seu surgimento, o PC do B se veria, a 31 de março de 1964, ao lado dos generais e empresários que comandaram o golpe, apoiados pelo imperialismo norte-americano. Seria uma repetição mais desastrosa do descompasso tático do PCB no momento da deposição de Vargas.³²

Ao lado dos golpistas certamente não estaria, mas o fato é que o partido se posicionava em favor da substituição do governo e da implantação de um novo regime no país. Como vimos acima, o PC do B fez campanha pelo voto em branco no plebiscito sobre a forma de governo. No entanto, suas críticas a Goulart não nasceram ali, elas percorreram todo o período do parlamentarismo. No final de 1962, pouco mais de um ano da presidência de Goulart, o partido dizia que o Presidente da República, que sempre se dissera nacionalista, mostrava sua cara em solenidade em uma montadora multinacional no interior do Estado de São Paulo:

As declarações presidenciais servem também para mostrar que o Sr. João Goulart, que representa setores da grande burguesia e dos latifundiários, não defende nenhum

³¹ No artigo intitulado *Poder para o povo*, o partido propunha a derrubada do poder dos latifundiários e grandes capitalistas... A grande tarefa que compete aos operários, aos camponeses e aos intelectuais progressistas é a de instituir um novo poder, um governo popular revolucionário... *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 30 set. 1962.

³² GORENDER, J. *Combate nas trevas*. 5. ed. ampl. São Paulo: Ática, 1998. p. 54.

*interesse nacional – como propalam os porta-vozes do reformismo no movimento comunista – mas sim interesses mesquinhos e egoístas de grupo e está disposto a associar-se com os imperialistas na exploração comum dos trabalhadores. E, para isso, dispõe-se a reprimir os autênticos movimentos populares contra o latifúndio.*³³

Com a vitória do presidencialismo e o conseqüente retorno dos poderes às mãos de Goulart, as críticas ao governo aumentam em quantidade e intensidade. Em relação à composição do governo então empossado, alertava o partido:

*Pela sua composição, pelas medidas que tomou e por suas manifestações públicas, o ministério presidencialista do Sr. João Goulart nada augura de bom. Os próximos meses serão de imensas dificuldades para as massas populares. O governo não dará solução para os seus problemas. Sua política de contenção de salários, de carestia de vida e de capitulação diante do imperialismo norte-americano mostra que o ministério da Sexta República é um ministério contra o povo.*³⁴

Quanto ao Plano Trienal, sentenciava:

*O plano para o próximo triênio, centro da propaganda oficial, é, assim, uma burla. Não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo. Ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros e por isso mesmo conta com o apoio das autoridades e da imprensa norte-americana...*³⁵

Esse foi o posicionamento que o partido adotou frente ao governo até a consumação do golpe militar. Mesmo quando Goulart parecia estar disposto a, com a ajuda das forças progressistas, levar a cabo as reformas de base, como parece ter demonstrado com o famoso discurso de sexta feira, 13 de março

³³ Discurso reacionário. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 dez. 1962.

³⁴ Ministério contra o povo. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 a 15 fev. 1963.

³⁵ Plano Trienal contra o povo. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 jan. 1963.

de 1964, o PC do B não viu nele mais que um discurso demagógico.³⁶

Uma parte da população, setores militares e grupos norte-americanos, não viam a situação desse modo e o golpe que seria desfechado em 31 de março já estava em andamento. Não que o PC do B não soubesse que havia a possibilidade de um golpe militar; ao contrário, denunciou sua preparação de forma ampla em seu jornal. Desde 1962 já denunciara as atividades do Ipes e do Ibad,³⁷ em maio de 1963 alertava mais uma vez que havia uma ameaça de golpe,³⁸ e, em março de 1964, conclamava a todos a se unirem contra a reação.³⁹

O fato é que o partido identificava todos os golpistas, inclusive Goulart, como fazendo parte de um mesmo grupo. Dessa forma, no período imediatamente anterior ao golpe, o PC do B, de acordo com sua proposta política de um governo popular revolucionário e de um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, o que estaria longe de ser representado por Goulart, optava por uma genérica independência dos trabalhadores. Como dissemos acima, para o PC do B havia apenas uma saída: Nem Com Gorilas, Nem Com Goulart. Por Um Governo Popular Revolucionário.⁴⁰

Apesar da confiança na possibilidade de mobilização social frente a um provável, ou quase certo, golpe militar, o fato é que, em 1º de abril de 1964, os militares, apoiados por setores civis, desfecharam o esperado golpe e o PC do B, bem como todos os grupos de esquerda, não estava preparado para tal acontecimento, pelo menos no que diz respeito a uma resistência efetiva. Ainda assim, o partido resguardou-se da repressão ao conseguir, rapidamente, mandar os seus dirigentes mais conhecidos para aparelhos previamente preparados. Isso não significa, no entanto, que ele não tenha sofrido o impacto do golpe. Passado o susto,

³⁶ Goulart, o discurso e a revolução. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 mar. 1964.

³⁷ Ipes: terrorismo e provocação. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 a 15 set. 1962.

³⁸ Ameaça de golpe. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 a 15 maio 1963.

³⁹ Unir as massas para deter a reação. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1 a 15 jun. 1963.

⁴⁰ Nem "Gorilas" Nem Goulart. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 16 a 31 jul. 1963.

tornava-se necessário avaliar os erros e traçar novas diretrizes para aquela conjuntura que se abria.

Como pudemos observar, os primeiros dois anos de existência do PC do B, que se passaram nos tempos de Goulart, foram marcados por uma série de dificuldades por ele enfrentadas. Consumada a cisão que lhe deu origem, ele se vê na árdua tarefa de organizar um partido comunista em um momento em que a sua matriz, o PCB, viveu um de seus momentos de maior importância política e ideológica. Por outro lado, e agravando ainda mais a sua situação, as forças progressistas de esquerda estavam em ascensão política e não viam respaldo na realidade para as sombrias análises feitas pelo PC do B. O partido, ainda por cima, não conseguia mostrar-se substancialmente diferente de sua matriz. Foi nessa situação que o partido viu os militares apossarem-se do poder em abril de 1964. Chegava a hora do PC do B avaliar os erros cometidos.

A AVALIAÇÃO DO GOLPE

O golpe militar de 1964 se não pegou as esquerdas de surpresa, já que fora amplamente denunciada a sua preparação, deixou-as pelo menos perplexas. Esperava-se que um golpe poderia acontecer, esperava-se, porém, do mesmo modo, que haveria reação. Seja através do famoso dispositivo militar de Goulart, seja pela força atribuída aos movimentos sociais, todos achavam que haveria resistência. Não houve, e nisso enganaram-se tanto os grupos progressistas da sociedade, que superestimaram suas forças, quanto as classes dominantes e o próprio Exército, que não descartavam a hipótese da necessidade de uma guerra civil para que assegurassem sua permanência no poder.

Consumado o movimento golpista no dia 2 de abril, e empossado o novo presidente no dia 11, tomou força a série de expurgos feitos pelo governo militar. As perseguições políticas, sob o manto protetor do primeiro dos Atos Institucionais que seriam outorgados pelo governo, se abateram sobre aqueles mais claramente identificados com as movimentações políticas dos tempos de Goulart. Entre os mais visados, neste princípio de ditadura, estavam os sindicatos e outras associações de classe ligadas aos trabalhadores.

Para as esquerdas de um modo geral, além da perseguição política, colocava-se o problema da avaliação dos erros cometidos. Nas palavras de Reis Filho, a nova situação pedia uma avaliação das fórmulas teóricas, dos programas, das estratégias, etc. O que veríamos seria um amplo acerto de contas sobre os métodos e concepções sobre a revolução brasileira.⁴¹

O PC do B recebeu o golpe também com perplexidade, ainda que, no discurso oficial, afirmasse que estava preparado para tal situação e que, se não reagiu, foi por causa de seu reduzido número de militantes, o que o impossibilitava de tomar medidas contra os golpistas. Para além da retórica, porém, não podemos deixar de apontar as dificuldades que o partido enfrentou diante do regime discricionário que se implantou no país. Exemplo disso foi a demora para reorganizar-se efetivamente. O seu jornal, *A Classe Operária*, cuja sede foi fechada nos primeiros dias após o golpe, só reaparece praticamente um mês depois, em 12 de maio, e uma avaliação oficial da nova situação veio a público somente no mês de agosto. Devemos considerar que, comparativamente, o PCB sofreu golpes mais duros e, ainda assim, em maio, já havia um comunicado de Prestes e, em julho, estava pronto o *Esquema para discussão*, com os quais iniciavam-se os debates em torno do significado do golpe.⁴²

Como dissemos acima, o PC do B foi um implacável adversário do governo Goulart. Imputava-lhe a culpa pela calamitosa situação em que o país se encontrava naquela conturbada conjuntura. Em sua luta por um novo regime e por um governo popular e revolucionário, o partido não diferenciava o governo Goulart dos generais que planejavam o golpe. Dessa forma, mesmo denunciando os preparativos golpistas, jamais empenharia suas forças na defesa daquele governo. Após os acontecimentos de abril, porém, a situação era outra. Os generais, que eram apenas uma hipótese, estavam agora no poder, o que tornava possível uma comparação com o governo anterior. E esta comparação não poderia deixar dúvida em pelo menos um aspecto: que havia, no mínimo, um espaço para que forças de

⁴¹ REIS FILHO, *A revolução faltou...*, p. 45

⁴² Um pouco do impacto do golpe no partido pode ser visto em GARCIA, *PC do B: o golpe...*, passim

oposição atuassem durante o governo de João Goulart e este espaço agora não existia mais.

O partido não chega a formular claramente essa conclusão. Afinal, não seria fácil para quem havia combatido tanto o governo Goulart, e ao PCB por compactuar com ele, passar louvando-o quando não mais existia. Entretanto era necessário, antes de analisar o governo ditatorial que se implantara, esclarecer os motivos que levaram Goulart a ser deposto. O PC do B fez tal análise em um documento assinado pela Comissão Executiva do partido intitulado *O Golpe de 1964 e seus ensinamentos*.⁴³ Em sua introdução há uma descrição do clima que reinava durante o governo de João Goulart:

*Ainda há poucos meses, o povo usufruía de “relativa liberdade”. Os trabalhadores das cidades e do campo podiam legalmente organizar-se e levantar suas reivindicações. As massas populares, os estudantes e a intelectualidade travavam intensos debates em torno dos problemas nacionais e apresentavam suas soluções. Sargentos e marinheiros reclamavam que se pusesse fim às discriminações de que eram alvo. Jornais de todas as tendências circulavam livremente. Espirava-se um movimento em favor de mudanças radicais na sociedade brasileira. Erguiam-se protestos contra a desenfreada espoliação imperialista.*⁴⁴

Contra esse clima de liberdade, organizavam-se setores reacionários da sociedade. A Escola Superior de Guerra, o clero, os latifundiários, a embaixada dos EUA, etc. todos pregavam abertamente a necessidade de um golpe militar para evitar transformações revolucionárias na sociedade. E a tudo isso — mais uma vez o partido culpava Goulart — o governo assistia passivamente. Dessa forma, de acordo com o documento:

...ainda que Goulart tivesse defendido algumas posições progressistas e que, em certa medida, marchasse com as massas populares, por sua condição de classe, não poderia dirigir com êxito aquele movimento. O PC do Brasil

⁴³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, *O golpe de 1964...*, p. 45-84

⁴⁴ *Ibid.*, p. 45, grifo nosso

*combateu intransigentemente o oportunismo e sempre persistiu nas posições revolucionárias.*⁴⁵

O único erro que o PC do B admitia ter cometido nesse processo fora, por causa de *tendências sectárias* em seu interior, o de ter agido com *alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart*. E se o partido nada fez na defesa do regime deposto, foi porque, *...infelizmente, o PC do Brasil não dispunha de suficiente influência entre as massas para levá-las a interferir de maneira adequada nos acontecimentos...*⁴⁶

É interessante notar que essa tímida autocrítica a respeito do significado do governo Goulart fica aquém da análise feita pelo PCC, tido já nesse momento como grande exemplo pelo PC do B, que avaliou a experiência brasileira anterior ao golpe como um capítulo importante na luta dos povos oprimidos pelo imperialismo norte-americano:

*O governo de Goulart foi uma espinha cravada para o governo norte-americano, porque, apoiado pelo povo brasileiro, seguia uma política que refletia em certo grau suas aspirações democráticas e nacionalistas. Na política exterior, se ateve aos princípios de não intervenção e autodeterminação, e manteve relações diplomáticas com Cuba. Internamente, adotou uma série de medidas para restringir o capital estrangeiro e defender os interesses da nação. Por exemplo, revogou os direitos de minas concedidas a Hanna Corporation; restringiu as remessas de lucros para o exterior... Além disso, adotou uma posição favorável à reforma agrária...*⁴⁷

Independente de qualquer coisa, o PC do B viu no golpe uma comprovação de suas análises políticas e iria se esforçar em tentar demonstrar isso para o seu campo de interlocução, na tentativa de tirar vantagem política diante do amplo

⁴⁵ Ibid., p. 75

⁴⁶ Id.

⁴⁷ Lecciones del golpe militar del Brasil, editorial publicado no *Renmin Ribae*, [S. l.], 30 abr. 1964. Citamos a transcrição feita pelo Dops do Rio de Janeiro, tradução nossa. ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, Coleção Brasil Nunca Mais, Anexo 303.

descontentamento que se abatera sobre a militância do PCB. Entre as lições dadas pelo golpe, que referendariam sua política, estaria a comprovação da inviabilidade do caminho pacífico; a de que o principal inimigo do nosso povo era o imperialismo norte-americano; que a direção do movimento democrático e antiimperialista não deveria ficar nas mãos da burguesia. A quarta lição era a de que os camponeses, juntamente com os operários, deveriam ser a principal base das forças revolucionárias. A última seria a viabilidade de uma *ampla frente única democrática e antiimperialista* como instrumento de luta.

Quanto à análise da natureza da ditadura, as observações do partido não se diferenciariam muito das de outros grupos de esquerda no período. Para o PC do B, a ditadura fora implantada, internamente, por forças reacionárias e, externamente, seria apoiada pelo imperialismo norte-americano. Exemplo disso seria a política econômica, que estaria inteiramente subordinada às diretrizes do Fundo Monetário Internacional e os acordos militares e o alinhamento incondicional com os EUA, exemplificado pelo rompimento das relações diplomáticas com Cuba e China. Tudo isso denunciaria o caráter entreguista do novo regime.

O PARTIDO E A DITADURA

A estratégia e a tática do PC do B sofreriam transformações? Afinal, como ele mesmo reconheceu, da situação de relativa liberdade do governo Goulart para a situação seguinte, sob a ditadura militar, haviam ocorrido mudanças importantes. Entretanto, por incrível que possa parecer, segundo o documento *O Golpe de 64 e seus ensinamentos*, não haveria modificações na política partidária que vinha sendo seguida antes do golpe. Para o partido, os acontecimentos teriam comprovado que a linha traçada no *Manifesto Programa* estava correta, desse modo,

...os comunistas revolucionários sentem-se estimulados a prosseguir com mais decisão no caminho pelo qual enveredaram. A análise e as soluções apresentadas em seu Programa são, hoje, inteiramente válidas.⁴⁸

⁴⁸ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, *O golpe de 1964...*, p. 75

Se observarmos atentamente, porém, perceberemos que há uma contradição na afirmação feita pelo partido. Essa contradição diz respeito ao fato de que, ainda que a estratégia - revolução antiimperialista e antilatifundiária -, e a tática - de Frente Única por um governo popular revolucionário -, sejam nomeadas da mesma forma tanto no *Manifesto Programa* quanto em *O Golpe de 64 e seus ensinamentos*, elas não são iguais, há diferenças importantes que estão implícitas em suas formulações.

No documento *O Golpe de 64 e seus ensinamentos*, a Frente Única aparece substancialmente alargada em relação ao Manifesto. Nela, passam a ser admitidos até mesmo integrantes da UDN. Ao mesmo tempo, a luta pelas liberdades democráticas e a questão nacional ganham destaque em relação a outras reivindicações. Com efeito, nesse documento aparece uma contradição que iria acompanhar o partido por toda a segunda metade da década de sessenta. A luta pelas liberdades democráticas passa a ser, na prática, a própria estratégia política, enquanto que nas formulações partidárias aparecerá como uma tática da revolução democrático-burguesa, que continuaria sendo a estratégia oficial do PC do B.

Um outro problema que o partido enfrentaria por toda aquela década, e que também já aparece aqui, seria a tensão em torno da definição de sua tática política. Conviverão em seu seio pelo menos duas propostas. Uma que enfatizará a ação política ligada às massas e outra inclinada para uma política de enfrentamento armado contra a ditadura. O PC do B fará verdadeiro malabarismo teórico para demonstrar a viabilidade de uma tática que, na situação concreta que o país atravessava, abarcasse essas duas formas de atuação:

Múltiplas são as atividades de preparação revolucionária que se desenvolvem nas frentes mais diversas. Seria incorreto pensar que somente a luta armada é trabalho revolucionário. Essa luta é, sem dúvida, a forma mais alta de atividade revolucionária. Mas não é possível prescindir, ao lado do esforço ininterrupto para fortalecer a vanguarda, da ação política de massas. A oposição à ditadura e o combate aos ultra-direitistas, importante aspecto da luta democrática, contribuem enormemente para acumular forças. As massas populares, guiando-se por uma orientação revolucionária, forjando ao mesmo tempo os instrumentos para enfrentar a violência da reação e do imperialismo,

*estarão em condições de melhor lutar por um programa radical e por um poder popular revolucionário.*⁴⁹

Por fim, vale destacar que é nesse documento e não antes, como geralmente é apontado, que o partido fala explicitamente da utilização da luta armada enquanto uma possibilidade de fato em sua tática política. Como dissemos anteriormente, no seu *Manifesto Programa*, havia certa hesitação na opção por este caminho — o que transparecia no uso de eufemismo para se referir à violência. Agora, após o golpe, o partido assume o caminho das armas, ainda que não como o único possível:

*A idéia de que o povo brasileiro necessita responder à repressão armada dos reacionários internos e dos imperialistas ianques com a luta armada, de que precisa estar preparado para isto, é hoje a questão básica que deve nortear o pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários.*⁵⁰

O documento *O Golpe de 64 e seus ensinamentos* não conseguiu resolver os problemas internos que cresciam no interior do partido e, dois anos depois, em sua VI Conferência, o PC do B tentaria traçar uma política que desse coesão à sua militância. Apesar disso, o seu documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, não conseguiu este intuito e logo após a Conferência, o partido sofreu duas cisões que deram origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC do B-AV) e ao Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Os debates da Conferência, bem como as cisões sofridas revelam um problema crucial na década de sessenta, particularmente após o golpe de 1964, e que atingiu praticamente todos os grupos de esquerda: as divergências internas entre os que defendiam o imediato desencadeamento da luta armada, e os que defendiam uma maior ligação com as massas, aproveitando-se dos espaços políticos deixados pela ditadura militar. A estratégia de luta armada do PC do B seria formulada a partir de uma estranha simbiose dessas duas tendências.

⁴⁹ Ibid., p. 83

⁵⁰ Ibid., p. 60

No que diz respeito à atuação do PC do B após o golpe de 1964, o partido teve um certo crescimento numérico e maior envolvimento nos movimentos sociais. Conseguiu a adesão de alguns setores operários no Rio de Janeiro, vindos do PCB, e passou a contar com um setor estudantil. Nesse último caso, ajudaram o partido o ingresso de algumas lideranças estudantis cearenses, caso de José Genoíno Neto, e também a aproximação entre o partido e a AP, que era a corrente hegemônica no movimento estudantil na década de sessenta.

Apesar desse relativo crescimento no pós-64, o partido não teve a ascensão que esperavam seus dirigentes e continuou como uma força de pouca expressão no cenário das esquerdas. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de o PC do B não ter conseguido capitalizar o descontentamento que se abateu sobre a militância do PCB, então responsabilizado pela derrota de abril de 64. Os militantes que deixaram o velho PCB acabaram indo, em sua maioria, para a Ação Libertadora Nacional (ALN) e para o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), enquanto o setor universitário acabou criando as Dissidências, que dariam origem a muitas organizações guerrilheiras naquela década.

Já os que entrariam na política após o golpe, em sua maioria do setor estudantil, acabaram optando pelas organizações da esquerda revolucionária, que, influenciadas pelo foquismo, pegaram em armas contra a ditadura militar. Para esses jovens que adentravam a política, o PC do B era demasiadamente parecido com o PCB, tanto em suas propostas teóricas, quanto no que diz respeito aos métodos de atuação.

Enquanto o partido esforçava-se na resolução de suas dificuldades políticas e orgânicas, os militares mais uma vez se anteciparam ao PC do B e à oposição em geral, e em dezembro de 1968, deram um “golpe dentro do golpe” e recrudesceram definitivamente o regime com a edição do Ato Institucional n. 5, sufocando um amplo e variado movimento de oposição que crescera no decorrer desse ano.

O AI-5 E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

O Ato Institucional n. 5 causou um grande impacto no partido. Nesse sentido, ainda que, na teoria, o PC do B não o admitisse, a partir desse momento houve uma sensível aceleração

por parte de sua direção na preparação da guerrilha. Ao mesmo tempo, procurava-se preparar o conjunto do partido para o momento em que a luta fosse iniciada.

A análise que o PC do B fez do Ato Institucional não se diferenciou da que foi feita pela maior parte das esquerdas: uma crise econômica insanável, que faz aumentar os problemas do país, leva a ditadura a um isolamento político. Isolada e enfraquecida, e sem conseguir resolver a crise que tomara conta do país, a ditadura recorre ao AI-5 para se manter no poder. Nas palavras do partido,

...o regime militarista redundou em completo fracasso, agravando todos os problemas nacionais. Aprofunda-se a crise econômico-financeira. A produção nacional, em particular a produção agrícola, reduz-se em relação às necessidades do país. Cresce o desemprego e a carestia torna-se insuportável. [...] Os Estados e municípios, que já se defrontavam com enormes dificuldades financeiras, são agora duramente atingidos com a arbitrária redução da parte que lhes cabe na arrecadação de impostos. Os Estados do Norte e Nordeste ver-se-ão assim em situação ainda mais catastrófica.⁵¹

Em relação à situação política que emergia no país após o AI-5, dizia o PC do B:

Brasileiros! A nação marcha, a passos acelerados, para grandes choques e comoções sociais. Persistem, atuando com mais força, os fatores que determinam o crescente descontentamento das massas. Acentuam-se as contradições entre o povo e o regime ditatorial e aumenta a oposição ao governo. Germina no país uma nova crise política, ainda mais séria que as anteriores. A ditadura isola-se cada vez mais e está cercada pelo ódio da esmagadora maioria da nação. Personifica o que há de pior e mais retrógrado na sociedade brasileira. As violências que cometem são sinal

⁵¹ A citação é do documento elaborado pelo Comitê Central, em janeiro de 1969, em resposta ao AI-5. Cf. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto ao Povo. In: _____. *Política e revolucionarização do partido*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974. p. 62.

*de fraqueza. Sua base política tornou-se demasiadamente estreita. Não terá forças para impedir explosões populares que serão inevitáveis, tanto nas cidades como no campo. O governo ditatorial é forte na aparência, mas na realidade é um poder precário e bastante débil. Intensificará a repressão, cometerá toda sorte de crimes, mas não poderá evitar que as grandes massas populares se levantem e lutem.*⁵²

A conclusão quase natural desse tipo de análise era a de que as condições objetivas estavam prontas – crise econômica, enfraquecimento e isolamento da ditadura – faltando apenas as condições subjetivas para a implementação da guerra popular, em que o papel da vanguarda do proletariado seria fundamental. Convencido disso, ainda em janeiro, e, portanto, sob o impacto do AI-5, o PC do B lança o documento que se propunha a definir sua tática de luta armada. Trata-se do documento *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*⁵³, elaborado pelo Comitê Central. Nele, aparentemente, parecem estar resolvidas as divergências, às quais nos referimos acima, entre “militarismo” ou “massismo”, em favor do projeto militarista. Porém, se observarmos, sem muito esforço perceberemos que as tensões internas do partido continuavam presentes.

Uma contradição flagrante nesse documento foi apontada por Wladimir Pomar. Para o autor, o campo foi definido pelo partido como o cenário ideal para a deflagração da luta armada. Apesar disso, o documento aponta a necessidade de:

...assestar golpes demolidores, capazes de aniquilar as forças vivas do inimigo, será preciso mobilizar, organizar e armar as grandes massas de milhões de brasileiros... Tudo isso implica um imenso trabalho político e ideológico para arrancar as massas da influência dos latifundiários e da burguesia.

Difícilmente conseguiríamos fazer alguma ligação desse amplo trabalho de massas com o cenário do campo e dos grupos

⁵² Ibid., p. 65, grifo do autor

⁵³ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. In: _____. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974. p. 115-160.

clandestinos que sejam o braço armado do povo e tomem as medidas apropriadas contra os achacadores, opressores e carrascos e que, nos choques com as forças repressivas, possam transformar-se em destacamentos guerrilheiros. Logo adiante, o próprio partido alertava que nas condições de ditadura em que vive o país, a menor agitação feita entre as massas levaria o inimigo a investigar e a deter os que a realizam.⁵⁴ Se o inimigo deteria os militantes a qualquer sinal de movimentação, como implementar essas tarefas?

Do lançamento do documento *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil* até a deflagração da guerrilha do Araguaia, a história do PC do B foi marcada pelas próprias contradições presentes na elaboração desse documento. Ou seja, de que forma fazer contestação nas cidades, diante da ação cada vez mais organizada dos órgãos de repressão, que por volta de 1972 já haviam desativado praticamente todos os grupos da esquerda revolucionária brasileira, e, como, ao mesmo tempo, preparar a luta armada? O partido respondeu a esta questão através de uma organização absolutamente clandestina de seu projeto de luta armada: nem mesmo todos os membros do Comitê Central sabiam da existência das ações no Araguaia. Enquanto isso, procurava convencer os seus militantes na cidade de que o momento da luta estava próximo, e que era necessário se preparar para ele – o que era feito através da ampla campanha em seus documentos, chamada de revolucionarização do partido.

É nessa situação que o PC do B chega ao início da década de setenta e à guerrilha do Araguaia, deflagrada em 1972. Nessa experiência, o projeto de luta armada foi colocado à prova contra o exército brasileiro e revelou muito das contradições latentes em sua formulação. Mistura de guerra popular e foquismo, não teve melhor sorte do que os projetos dos grupos armados nas cidades. Em que pese a heróica luta de seus combatentes – que morreram lutando pelos seus ideais – em 1974 quase todos os participantes haviam sido mortos pelo Exército brasileiro.

A derrota no Araguaia encerra o projeto político do partido que havia se iniciado em 1962. A avaliação da guerrilha, as greves de 1978, a abertura política, etc. foram alguns dos elementos que estiveram presentes na conflituosa elaboração da nova política partidária. O PC do B teria que enfrentar uma época

⁵⁴ POMAR, W. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Global, 1980. p. 23.

em que, diferentemente da década de sessenta, quando a questão da revolução estava no centro do debate, chegávamos a um período em que a questão da redemocratização e da democracia ganhava a cena, processo que já não cabe nas páginas deste artigo, que se preocupou exatamente com aquele projeto político iniciado no princípio da década de sessenta e que os eventos acima vieram justamente lhe servir como limite.

THE COMMUNIST PARTY OF BRAZIL IN THE SIXTIES: ORGANIZING STRUCTURE AND POLITICAL PERFORMANCE

ABSTRACT

This article aims to discuss some elements of the historical development of the Communist Party of Brazil (PC do B) between 1962 and 1972. This analysis is focused on two main questions: its theoretical proposals and its political *praxis*. This party history must be understood from the standpoint of the political situation during the sixties and the relationship between the Party and other Brazilian left-wing groups. It is meant to be clear here the relationship between the Party and the Brazilian Dictatorship and its reaction to the military coup and to the Institutional Act 5.

KEYWORDS

Communist Party of Brazil (PC do B); The 60's; Brazilian revolution; Military Dictatorship.



Mural École des Buttes, 1981

FERRO. S. Mural École des Buttes. 1981. Reprod.: color.; 85 m², detalhe em papel. In: _____. *Futuro anterior*. Tradução Maria Lúcia Monte, William Shelton, Regina Morganti. São Paulo: Nobel, 1989. p. 29. École des Buttes, Grenoble, França.